

**Marion Beyea**

Diretora dos Arquivos da Província de New Brunswick, Canadá.  
Administra um programa integrado de Gerenciamento de Informação e Serviços Arquivísticos. Ex-presidente da Associação Canadense de Arquivistas. Presidente do Comitê de Boas Práticas e Normas do Conselho Internacional de Arquivos.

# A Favor de Normas para a Prática Arquivística



Este artigo trata de normas no contexto geral da prática arquivística, analisando o foco que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) lhes dá por intermédio do Comitê de Boas Práticas e Normas (*Committee on Best Practices and Standards* – CBPS). Também apresenta algumas das atividades nas quais o CBPS tem se envolvido, seus planos e os desafios que enfrenta para ter um impacto significativo no grande e complexo mundo das normas.  
*Palavras-chave: normalização em arquivos; Comitê de Boas Práticas e Normas.*

This paper considers standards in archival practice at a general level and proceeds to examine the focus that the International Council of Archives is giving standards through its Committee on Best Practices and Standards (CBPS). As well it outlines some of the activities in which CBPS has been involved, its plans and challenges it faces in making a meaningful impact in the large and complex world of standards.  
*Keywords: standards; Committee on Best Practices and Standards.*

## NORMAS: O QUÊ E O PORQUÊ

**N**ormas têm um impacto em quase todas as áreas da vida. Em um dia rotineiro, nós confiamos nas normas para segurança, qualidade, eficiência e para podermos

nos comunicar. Por exemplo, normas garantem que os plugues para todos os computadores brasileiros se encaixem em todas as tomadas brasileiras – embora, infelizmente, elas não ofereçam a mesma garantia para meu plugue canadense.



## APLICAÇÃO DE NORMAS EM ARQUIVOS

A prática arquivística não é exceção. Para os objetivos do trabalho do Comitê de Boas Práticas e Normas (CBPS) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) considera-se que as normas incluem boas práticas, códigos, diretrizes, manuais e normas técnicas precisas. Normas informam, guiam ou prescrevem atividades em muitas áreas do trabalho do arquivista. Há normas que ditam os materiais usados para produzir ou reformatar documentos de arquivo, para assegurar que eles contribuam para a longevidade dos documentos arquivísticos; normas que prescrevem os materiais a serem usados nas caixas e prédios onde esses documentos de arquivo são guardados, de modo a que não sofram deterioração causada por aquilo que deveria protegê-los; e normas que estabelecem processos para produção de fotografias e microfilmes, de modo a assegurar que o produto final não se degrade.

Algumas normas que os arquivistas usam são compartilhadas com outros profissionais, como as convenções para nomear países, por exemplo. Algumas normas que usamos foram desenvolvidas para o mercado, aquelas relacionadas aos equipamentos que usamos; al-

gumas têm aplicação multidisciplinar, tais como as normas para iluminar exposições em galerias, museus e arquivos. E algumas normas, tais como as normas de descrição, relacionam-se especificamente à prática arquivística.

Arquivos são instituições singulares. Eles preservam documentos que possuem evidência. É dessa evidência que deriva grande parte de seu valor – para propósitos de responsabilidade, administração, cultura e história. Ao lidar com a evidência – não informação ou objetos, embora documentos arquivísticos sejam objetos ou contenham informação –, os arquivistas, ao contrário de outros profissionais do conhecimento, da informação ou de curadoria, devem, nos processos que seguem e nas metodologias que aplicam, assegurar-se de que os documentos arquivísticos, suportes dessa evidência, sejam, ao longo do tempo, mantidos em seus contextos, completos, originais e confiáveis.

Normas, de códigos de ética até aquelas altamente técnicas, como a PDF/A (a norma que define o uso do *Portable Document Format* para arquivar e preservar documentos eletrônicos), nos ajudam a realizar isso.

Os arquivistas há muito tempo seguem normas formais ou *de fato* em seus traba-



lhos. Entretanto, formatos de documentos arquivísticos relativamente recentes com os quais os arquivistas agora têm que lidar, como os documentos eletrônicos, estão tornando as normas ainda mais importantes, ou melhor, essenciais, para apoiar as metodologias e processos que os arquivistas usarão para garantir que os documentos arquivísticos sejam preservados e permaneçam acessíveis como evidência na forma de documentos autênticos.

#### DOCUMENTOS ELETRÔNICOS APRESENTAM OPORTUNIDADES E COLOCAM DESAFIOS

**N**ós sabemos que é facilmente possível apagar ou alterar um documento eletrônico, mas a tecnologia da informação também possibilita a inserção de controles auditáveis, de modo que cada ação e transação que envolva um documento seja rastreada e registrada, tornando possível provar a autenticidade dos documentos eletrônicos. A incorporação de normas assegura isso.

Com a tecnologia da informação podemos comunicar e manipular a informação mais facilmente e amplamente do que nunca, porém essas mesmas habilidades fazem com que seja cada vez mais importante que sigamos normas de acesso e uso para a salvaguarda da privacidade.

A tecnologia da informação nos ajuda a produzir, armazenar e acessar vastos volumes de documentos, mas gerenciá-los e preservá-los é complicado e caro, devendo esses problemas ser encarados de forma pró-ativa quando da produção dos documentos e dos sistemas de arquivamento, ou grande quantidade de documentos será perdida.

#### ATINGINDO A NORMALIZAÇÃO

As normas, tanto as relativas a documentos eletrônicos como a acesso, são importantes, complexas, caras e demandam tempo para serem desenvolvidas e implementadas. Seu desenvolvimento deve ser baseado em uma necessidade identificada e por meio de pesquisas. Dependendo do tipo de norma e sua aplicação, há várias formas de se atingir a normalização. Um exemplo é a revisão e adoção de uma norma já existente, talvez desenvolvida por uma instituição arquivística, ou por uma associação nacional de arquivos, ou por outra disciplina. Outra abordagem é a dos arquivistas trabalharem em colaboração com outros grupos para chegar a uma norma que sirva a uma necessidade comum. Normas podem ser ditadas pelo mercado. Versões preliminares de normas devem ser divulgadas e publicamente analisadas para garantir que a informação mais re-



levante e atualizada esteja disponível para o desenvolvimento da norma e que vários pontos de vista sejam tomados em consideração. O correto é os arquivistas e/ou os fabricantes serem persuadidos a incorporar ou seguir, na prática, a norma. Arquivistas devem ser instruídos sobre o objetivo e os detalhes de uma norma. Eles devem ser encorajados a apoiar e a implementar as normas. Normas devem ser mantidas e revisadas.

#### AS NORMAS E O CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS

O CIA, em 2004, tomou a decisão de dar destaque a normas por meio da criação de uma seção de normas, que logo evoluiu para o Comitê de Boas Práticas e Normas, já que o status de comitê oferecia uma estrutura mais adequada para o trabalho e as relações referentes às normas.

Uma série de fatores influenciou essa decisão: muito do trabalho realizado ou em andamento no CIA, em comitês e seções era relacionado a normas; as normas são uma área natural para a ação colaborativa no desenvolvimento e manutenção de padrões; apesar dos diferentes ambientes, realidades culturais e políticas nos quais os arquivos estão inseridos, as normas (aplicadas ou adap-

tadas) são de interesse global; há um grande potencial para o compartilhamento de experiências e ferramentas para treinamento em normas e sua implementação; há força no número de instituições e pessoas a serem envolvidas em relação à sua capacidade de influir em organismos e empresas normativas internacionais; e, por fim, um comitê ativo e produtivo sobre normas de descrição teve um importante saldo histórico de realizações.

O Comitê de Boas Práticas e Normas consiste de um presidente e dois vice-presidentes, secretários para língua francesa e inglesa, membros com responsabilidade sobre quatro áreas da prática arquivística identificadas como prioritárias, e presidentes e membros de grupos de trabalho. Os membros do Comitê são originários de diversos países. Há também a categoria de membro-correspondente.

#### DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE NORMAS

Não se pretende que o Comitê de Boas Práticas e Normas desenvolva todas, ou mesmo muitas, das normas requeridas para a prática arquivística, nem o Comitê seria capaz de fazê-lo. Seu papel é de coordenação. Com relação ao desenvol-



vimento de normas, o Comitê elaborou termos de referência e um processo de consulta e endosso das normas.

Entretanto, certas normas necessárias à prática arquivística, como as normas para descrição de documentos arquivísticos, por exemplo, deveriam ser, e o serão sempre, domínio de arquivistas. Assim, projetos de desenvolvimento nesta área estão sendo realizados por grupos de trabalho que foram criados para desenvolver normas que tenham sido identificadas como prioritárias pelos antigos comitês de Normas de Descrição e de Avaliação Arquivística. Estes são: o grupo de trabalho para uma norma internacional sobre funções e atividades de produtores de documentos; o grupo de trabalho sobre uma norma internacional para descrever instituições arquivísticas; e o grupo de trabalho sobre avaliação...

Há normas, também, resultando de projetos submetidos à Comissão de Programas. Estas deverão incluir as *Guidelines for Exhibiting Archival Records*,<sup>1</sup> e as *Guidelines for Developing Preservation Strategies*.<sup>2</sup> Os membros do CPBS que chefiam áreas prioritárias (descrição, avaliação, preservação e documentos eletrônicos) estão revendo as lacunas nas normas, as que já estão sendo trabalhadas e a necessidade de se desenvolver

outras nestas áreas em particular. Cada um procurará mapear um curso de ação para o desenvolvimento e manutenção das normas de sua área prioritária.

#### DIVULGAÇÃO DE NORMAS

A divulgação é essencial para encorajar a participação no desenvolvimento e implementação de normas na prática arquivística. Divulgação com relação às normas do CIA é difícil, assim como qualquer outra divulgação em escala internacional. A *web* é de crescente e valiosa importância para isso e o espaço dedicado a normas no portal do CIA requer um maior desenvolvimento.

Um elemento crítico na divulgação resultará da parceria que o Comitê de Boas Práticas e Normas iniciou com o Canadian Council of Archives<sup>3</sup> para construir uma base de dados de boas práticas e normas arquivísticas. Pretende-se que essa base de dados contenha informação sobre todos os tipos de normas relevantes à prática arquivística, sejam elas institucionais, nacionais ou internacionais.

A base de dados oferecerá os títulos das normas, a data em que foram desenvolvidas ou estabelecidas, que instituição ou instituições as estabeleceram, assim como informação sobre o idioma no qual cada uma se originou e aqueles para os



quais existe tradução, além de como pode ser conseguida uma cópia. Um resumo (ou sumário do conteúdo) da norma será incluído e o status da norma, em desenvolvimento, revista ou endossada será registrado. A pesquisa na base de dados será de acordo com a função arquivística (avaliação, preservação etc.), assim como por palavra-chave. Haverá um campo de notas para comentários de usuários, como dos arquivistas, experiências de implementação, utilidade etc. Espera-se oferecer resumos em quatro idiomas: francês, inglês, espanhol e alemão.

O Canadian Council of Archives, recentemente, financiou um projeto de revisão de oitocentas normas (em francês e inglês) que haviam sido inseridas na base de dados anos atrás e de atualização da informação sobre essas normas, conforme necessário. Especialistas nas áreas das várias funções estão sendo chamados a identificar as normas básicas e fundamentais ainda não incluídas. Voluntários estão sendo procurados internacionalmente para oferecer conteúdo para a base de dados sobre normas que conheçam devido à sua especialidade ou às normas em desenvolvimento em seus países. Uma característica dessa base de dados será a funcionalidade de permitir que qualquer pessoa ofereça uma norma para inclusão na base de dados.

Essa base de dados é vista como uma importante ferramenta para informar a comunidade arquivística das normas existentes e para a sua promoção. Ela irá também divulgar a elaboração, em curso, de normas e encorajar o envolvimento de todos nos estágios de desenvolvimento e revisão.

#### CONCLUSÃO

Entretanto, o caminho para a realização da base de dados de normas está se mostrando lento. Ela, assim como os outros planos do Comitê, ainda está no estágio embrionário, em razão de limitações financeiras e humanas e também das peculiaridades de comunicação e de trabalho em nível internacional.

Este mesmo assunto, o dos recursos escassos, é a razão determinante para o CIA estar envolvido ativamente no desenvolvimento, promoção e implementação de normas. O CIA está idealmente posicionado para ter um papel produtivo e de liderança nesse importante empreendimento, por essa e outras razões. Muito pode ser conseguido simplesmente por meio de coordenação e compartilhamento em nível internacional, particularmente quando o mundo se torna mais conectado e a comunicação muito mais fácil, à medida que a globalização



quebra as barreiras, nivelando as diferenças nas práticas e fazendo os mesmos equipamentos e serviços disponíveis por toda parte.

A arena das normas é grande e envolver-se nela é desafiante. Há problemas críticos de longa data na preservação de materiais arquivísticos, que têm ainda que ser respondidos ou “codificados”, além de desenvolvimentos no mundo digital que estão rápida e irresistivelmente mudando o modo como os arquivistas trabalham. Hipoteticamente, organismos normativos, fabricantes e todos os arquivos se beneficiariam muito pela colaboração, consideração de todos os pontos de vista e comprometimento. Entretanto, a participação e até mesmo a consciência das atividades de instituições normativas nacionais e internacionais é complicada, cara e difícil, e o CBPS tem que encontrar um modo de se tornar efetivamente envolvido. Tradições e tipos de práticas arquivísticas nacionais são uma questão de orgulho e nem sempre podem ser facilmente alteradas. As forças em controle das novas tecnologias não são guiadas pelas mesmas motivações dos arquivistas e a velocidade das mudanças introduzidas é estonteante.

O CBPS está tentando desempenhar um papel que seja o mais benéfico para a

comunidade internacional e que possa ser sustentado pelos recursos disponíveis. Pode haver alguns caminhos errados, algumas poucas oportunidades ignoradas. Entretanto, tarefas “maternais” de apoio, tais como auxiliar na disseminação e compartilhamento do conhecimento e trabalho da comunidade internacional (instituições arquivísticas, associações profissionais de arquivistas e especialistas), e os próprios grupos de trabalho técnico e projetos para informar os arquivistas da existência de normas são valiosos. Da mesma maneira, usando como base o trabalho dos comitês do CIA, de instituições normativas, de disciplinas correlatas e da comunidade arquivística internacional, é importante identificar e priorizar as áreas em que as normas sejam necessárias para o avanço ou aperfeiçoamento da prática do trabalho arquivístico, encorajar e auxiliar o desenvolvimento delas, além de assegurar a participação de arquivistas ou o reconhecimento do interesse deles no desenvolvimento de normas pelas instituições que as determinam em nível internacional, ou onde mais seja apropriado.

Embora o CBPS tenha estruturado uma rotina para a aprovação de normas, a adoção das normas em nível internacional pode apresentar dificuldades maiores. E ainda que as instituições normativas en-

volvidas com normas de interesse dos arquivistas devam ser apresentadas, reconhecidas e apoiadas, as atividades de informar, promover e apoiar, por meio do treinamento e da divulgação pelos canais habituais do CIA, podem ser bem mais valiosas que tentativas de alcançar um consenso internacional inevitavelmente demorado, difícil e caro. Isso deverá ser calculado à luz da experiência.

É impossível atingir a perfeição e talvez até mesmo conseguir uma cobertu-

ra ampla das necessidades da área de normas. No entanto, o CBPS deve se esforçar para oferecer uma estrutura eficiente e uma metodologia para desenvolvimento, promoção e difusão das normas que os arquivistas necessitam em seu trabalho.

**Do original inédito *Towards standards for archival practice*. Traduzido por Maria Elisa Bustamante.**

N O T A S

1. Nota da tradutora: Diretrizes para a exibição de documentos arquivísticos.
2. Nota da tradutora: Diretrizes para desenvolver estratégias de preservação.
3. Nota da tradutora: Conselho Canadense de Arquivos.